

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E O COMBATE AO RACISMO NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dalila Fernandes de Negreiros¹
Fabiana Oliveira Machado²

¹Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Brasília – DF, Brasil

²Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF, Brasil

A presente pesquisa analisa a institucionalização dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e o seu papel na qualificação do debate racial e no combate ao racismo nas universidades. O artigo apresenta o resultado do levantamento quantitativo dos NEAB em universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Inicialmente, a pesquisa faz a linha do tempo da institucionalização dos estudos afro-brasileiros em relação à luta de incorporação dos intelectuais e epistemologias negras à academia. O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) foi o primeiro espaço de estudos a ser criado, em 1959, na Universidade Federal da Bahia. Apesar da criação de unidades nas décadas de 1950 e 1980, o aumento na quantidade de NEAB se dá a partir do debate de ações afirmativas para estudantes negros a partir dos anos 2000. Os espaços de estudos afro-brasileiros têm diferentes nomenclaturas e estão vinculados a diferentes estruturas em instituições de ensino superior. A partir do modelo de levantamento de departamentos e centro de estudos negros feito por Alkalimat (2013), é realizada a pesquisa nos sites de instituições federais brasileiras. O levantamento identificou 133 NEAB e NEABI em instituições de ensino superior. Em seguida, são feitas representações cartográficas da distribuição espacial dos núcleos, centros e demais unidades de estudos afro-brasileiros. Tal representação identificou a concentração de NEAB e NEABI no Sudeste; e a concentração em determinados estados, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros; educação das relações etnico-raciais; instituições federais de ensino superior; políticas de promoção de igualdade racial.

INSTITUCIONALIZACIÓN DE LOS ESTUDIOS AFROBRASILEÑOS Y LUCHA CONTRA EL RACISMO EM LOS CURSOS DE EDUCACIÓN SUPERIOR

Esta investigación analiza la institucionalización de los Centros de Estudios Afrobrasileños (NEAB) y su papel en la calificación del debate racial y el combate al racismo en las universidades. El artículo presenta los resultados de la encuesta cuantitativa de los NEAB en universidades e institutos federales. Inicialmente, la investigación presenta la cronología de la institucionalización de los estudios afrobrasileños en comparación con la historia de las movilizaciones negras en universidades en Brasil. El Centro de Estudios Afro orientales (CEAO) fue el primer espacio de estudios afrobrasileños creado en 1959 en la Universidad Federal de Bahía. A pesar de la creación de unidades en las décadas de 1950 y 1980, el aumento del número de NEAB se produjo en el debate sobre la acción afirmativa desde la década de 2000. Los espacios de estudios afrobrasileños tienen diferentes nomenclaturas y están vinculados a diferentes estructuras en las instituciones educativas. A partir del modelo de encuesta de departamentos y centros de estudios negros realizado por Alkalimat (2013), la investigación se realiza en los sitios web de las instituciones federales brasileñas. La encuesta identificó 133 NEABS y NEABIS en instituciones de educación superior. A continuación, se realizan representaciones cartográficas de la distribución espacial de los NEAB en Brasil. Esta representación identificó la concentración de NEABS y NEABIS en el Sudeste, en ciertos estados como São Paulo y Río de Janeiro.

Palabras clave: centros de estudios afrobrasileños; educación de relaciones étnico-raciales; instituciones federales de educación superior; políticas de promoción de la igualdad racial.

INSTITUTIONALIZATION OF AFRO-BRAZILIAN STUDIES AND THE STRUGGLE AGAINST RACISM IN THE HIGHER EDUCATION CURRICULUM

This research analyzes the institutionalization of the Centers for Afro-Brazilian Studies (NEABs) and their role in improving the racial debate and combating racism in universities. The article presents the results of a quantitative survey of NEABs in federal universities and institutes. Initially, there search traces the timeline of the institutionalization of afro-Brazilian studies in comparison with the history of black mobilizations in academia. The Center for Afro-Oriental Studies (CEAO) was the first Afro-Brazilian studies center created in 1959 at the Federal University of Bahia. Despite the creation of units in the 1950s and 1980s, the number of NEABs increased during the debate on affirmative action from the 2000s onwards. The spaces for Afro-Brazilian studies have different name sand are linked to different structures in Higher Education Institutions. The current research is based on Alkalimat's (2013) model on survey about black studies departments and centers. The research was conducted on the websites of Brazilian federal institutions. The survey identified 133 NEABS and NEABIS in higher education institutions. Then, we developed cartographic representations of the spatial distribution of NEABs in Brazil. This representation identified the concentration of NEABS and NEABIs in the Southeast; and the concentration in certain states such as São Paulo and Rio de Janeiro.

Keywords: Afro-Brazilian studies centers; education of ethno-racial relations; public federal universities and institutes; policies of racial equality.

1. INTRODUÇÃO

O combate ao racismo no currículo da educação tem no ensino superior uma importante etapa. Como responsáveis por desenvolver ações de formação inicial, formação continuada e da qualificação profissional, as instituições de ensino superior são pilares da política de educação das relações étnico-raciais. A Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil, que completou 21 anos de existência a partir da aprovação da Lei nº 10.639/2003, é alvo de intensa atuação política e diversos estudos acadêmicos. Muitos desses estudos revelam lacunas e dificuldades na implementação da lei, como falta de professores capacitados para ministrar os conteúdos, ausência de adequação do projeto político pedagógico das escolas e dependência do voluntarismo ou ativismo individual dos professores para ministrar os conteúdos (Santos, 2005; Negreiros, 2017).

A partir de 2003, foram implementadas ações de incentivo à formação de professores pelo Ministério da Educação, com ênfase nas instituições federais de ensino superior. O “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” (MEC, 2009) estabeleceu, como responsabilidade das instituições de ensino superior, a inclusão do conteúdo da educação das relações étnico-raciais nos cursos de graduação, com ênfase em licenciaturas; o fomento a pesquisas no tema, entre outras ações. Dentre as ações realizadas, destacaram-se editais de estímulo à criação e o fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) ou de outros núcleos e centros de estudos nas universidades públicas dedicados aos temas raciais brasileiros (Negreiros, 2017). Os núcleos ou centros de estudos afro-brasileiros seriam pontos de apoio à produção, divulgação e ensino de conteúdos antirracistas. Entretanto, a história das unidades de estudos afro-brasileiros nas universidades brasileiras tem uma trajetória de mais de 65 anos, desde a criação do primeiro centro, na Universidade Federal da Bahia.

Segundo o Portal do Ministério da Educação, em 2017 o Brasil possuía aproximadamente 94 NEAB em instituições superiores de ensino. Esses núcleos surgiram em diferentes momentos em suas instituições. Até 2017, não havia uma pesquisa nacional sobre o funcionamento de tais núcleos. Apesar de envidar esforços para fortalecer tais espaços, havia a dificuldade de definir qual era o modelo de estrutura e funcionamento ideais nas mais diversas instituições, bem como se tais locais eram eficazes no cumprimento dos deveres relativos à educação das relações étnico-raciais.

O número de departamentos, centros ou programas de estudos negros é frequentemente usado como indicador da força, institucionalização e aceitação do campo de Estudos Negros¹ em universidades americanas (Alkalimat, 2007, 2013; Brown, 2007; Dawkins *et al.*, 2021; Marable, 2000, 2005; Zulu, 2018). Para analisar o apoio das universidades aos Estudos Negros, Alkalimat (2007, 2013) analisou o crescimento na quantidade de departamentos e centros, bem como o tipo de unidade de Estudos Negros (departamento, centro ou programa). Com base na análise de dados, Alkalimat e sua equipe de pesquisa apresentam a distribuição geográfica dos Estudos Negros entre as regiões dos Estados Unidos; o tipo de universidade que hospeda os Estudos Negros, como pública, privada e com fins lucrativos; e o tamanho da unidade de departamentos, centros ou programas. Na pesquisa de 2013, Alkalimat também analisou o número de lideranças de mulheres negras nos Estudos Negros.

Nas instituições nacionais que acompanham unidades de estudos afro-brasileiros, como o Ministério da Educação e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, o termo mais prevalente para denominar tais unidades é NEAB. Há uma variação no número informado de NEAB em fontes diferentes, como a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e o Ministério da Educação. O número de NEAB do Consórcio Nacional de NEAB, coletado pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), é de 140 unidades (ABPN, 2021). No entanto, desse total, 37 são situados em institutos tecnológicos federais, 9 são grupos de estudo, 2 são programas de ação afirmativa e 2 são escolas de ensino médio. Portanto, da lista divulgada pela ABPN em 2021, apenas 90 das 140 instituições de estudos afro-brasileiros foram criadas por universidades. Em 2017, a partir de trabalho de campo no Ministério da Educação, foi coletada uma lista de centros de estudos afro-brasileiros e NEAB com 94 instituições. Em 2021, o site do Ministério da Educação listava 40 NEAB (MEC, 2021). A falta de um número atualizado representa um desafio ao fornecer uma visão geral das unidades afro-brasileiras nas instituições federais de ensino.

O presente artigo adapta a pesquisa de Alkalimat (2013) para universidades e institutos tecnológicos federais públicos. A pesquisa será aplicada na rede federal de ensino superior, incluindo-se redes públicas estaduais, distrital e municipais. As iniciativas de institucionalização da educação das relações étnico-raciais no ensino superior como política pública se iniciaram nas instituições públicas federais (Negreiros, 2017). No Censo da Educação Superior de 2023, dentre as instituições públicas, a rede federal é responsável por 43% das instituições (Brasil, 2023). Além disso, tais instituições disponibilizam dados de forma pública por meio de transparência

¹ Estudos Negros são apresentados como um conjunto de definições da escola de pensamento que é sistematizada na década de 1960 com a criação dos primeiros centros e departamentos de “Black Studies” ou “Afro-American Studies” (Marable, 2000). Nos Estados Unidos, tais unidades acadêmicas recebem diferentes nomenclaturas, porém de forma sintética são dedicados a estudos sobre o continente africano e a diáspora africana.

ativa, sobretudo a partir da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Essa adaptação oferece uma visão geral das unidades de estudos afro-brasileiros nas universidades e institutos federais brasileiros também como forma de contribuir com políticas públicas antirracistas. Além das instituições federais de ensino, foram identificados núcleos de estudos afro-brasileiros em algumas instituições privadas. A busca por instituições federais foi feita a partir das unidades citadas na literatura. Apesar do número de instituições não ser representativo no contexto nacional, ele foi considerado por ser numericamente relevante na pesquisa.

Inicialmente, o artigo apresenta um breve histórico da criação da área de conhecimento dos estudos afro-brasileiros. O processo de institucionalização do campo dos estudos afro-brasileiros é analisado a partir do debate sobre a incorporação de intelectuais negros na área de conhecimento e nas universidades; e do fortalecimento do campo a partir da Lei nº 10639/2003.

Em seguida, são apresentadas características dos centros e núcleos de estudos afro-brasileiros a partir da amostra, feita a partir da análise do site de 199 universidades e 40 institutos federais. A partir dos dados da amostra inicial do Ministério da Educação, foram identificadas também instituições privadas com unidades de estudos afro-brasileiros. Houve uma análise focalizada nas instituições federais apresentando o histórico de institucionalização em universidades em contraposição aos institutos federais de educação. No que tange às instituições privadas, elas foram incluídas somente no somatório final das unidades.

A última seção apresenta a distribuição cartográfica dos centros e núcleos de estudos afro-brasileiros nas universidades e institutos de ensino federais. Além da contagem das unidades, foram coletadas informações como nomes, data de criação, objetivos, estado e região. Dessa forma, será possível compreender a natureza espacial das unidades de estudos negros em instituições federais de ensino superior. É importante destacar que esses espaços também são estruturas de combate ao racismo no currículo das instituições superiores de ensino.

A construção cartográfica foi realizada com as seguintes etapas: coleta de dados, análise, interpretação e confecção dos mapas temáticos. Archela Théry(2008) ressaltam que os mapas temáticos são elaborados com a utilização de técnicas que objetivam a melhor visualização e comunicação. Dessa forma, foi utilizada, na metodologia, a construção de mapas pontuais, e as variáveis visuais seletivas foram cor e formas geométricas. Assim, na confecção, foram usados dados absolutos para apresentar a presença da informação.

Para a elaboração desses mapas, utilizou-se o geoprocessamento como ferramenta de observação, análise, quantificação e qualificação dos dados da distribuição dos espaços institucionais dedicados aos temas afro-brasileiros nos institutos federais e universidades. Para isso, foram utilizados dados, após tratamento, coletados nos sites oficiais do Ministério da Educação e dos institutos e universidades federais. Já a confecção dos mapas foi feita no software

ArcGis® 10.1. A partir dessa metodologia, foi possível quantificar e identificar territorialmente os espaços institucionais dedicados aos temas raciais brasileiros na rede federal de ensino superior.

2. A INTELLECTUALIDADE NEGRA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

A criação do termo "estudos afro-brasileiros" é creditada ao antropólogo Nina Rodrigues no início do século XX (Bastide, 1973). A primeira geração de estudos afro-brasileiros teve intelectuais como Oliveira Vianna e Leonídio Ribeiro, que apoiaram a ideia de Rodrigues com relação à visão biológica das raças e do comportamento humano (Gutman, 2010; Skolaude, 2020). A relação dos estudos afro-brasileiros com seu passado racista ainda é complexa. Por um lado, a literatura dá crédito a Nina Rodrigues por ter cunhado o termo "estudos afro-brasileiros" e a escola de pensamento que ele inaugura está presente na primeira geração de intelectuais dessa área do conhecimento. Por outro lado, os estudos afro-brasileiros foram transformados pela perspectiva baseada na celebração cultural da diversidade e da mistura racial inaugurada por Gilberto Freyre e continuada por Roger Bastide. Entretanto, ao longo do processo de institucionalização dessa área do conhecimento, a relação entre intelectuais negros e os estudos afro-brasileiros foi de conflito e acomodação.

Em 1934, Gilberto Freyre organizou o primeiro Congresso de Estudos Afro-Brasileiros em Pernambuco. Em 1937, o intelectual negro Edison Carneiro organizou o segundo Congresso de Estudos Afro-Brasileiros, que ocorreu na Bahia. Essa primeira geração de estudos afro-brasileiros tem algumas características distintas: a participação diminuta de intelectuais negros no campo, a presença de intelectuais europeus, a caracterização das relações raciais no Brasil como harmoniosas e o foco na questão do folclore ou dos remanescentes das culturas africanas no Brasil, especialmente nas práticas artísticas e religiosas. Do ponto de vista intelectual e político, a geração de intelectuais negros da década de 1970 criticou fortemente a primeira tradição de estudos afro-brasileiros, que incluía Gilberto Freyre (Domingues, 2005; Ratts, 2009; Santos, 2015). Entretanto, do ponto de vista da institucionalização dos estudos afro-brasileiros, a primeira geração serviu como referência.

Quando o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) foi criado na Universidade da Bahia, em 1959, seu criador, Agostinho Silva, consultou Pierre Verger para desenvolver o programa do centro. A ideia original era criar um centro de estudos africanos. Entretanto, a influência das forças políticas da universidade pressionou pela inclusão de estudos orientais. O trabalho de Nina Rodrigues e Pierre Verger influenciou a presença dos estudos afro-brasileiros, especialmente os estudos da língua iorubá e do candomblé. Apesar de ser um marco importante para os estudos afro-brasileiros, a criação do CEAO não representou a criação de um espaço

institucional para os intelectuais negros, embora houvesse interesse no curso de iorubá por parte das comunidades negras da Bahia, especialmente aquelas envolvidas com o candomblé (Oliveira, 2010).

Enquanto os estudos afro-brasileiros se consolidavam no meio acadêmico entre as décadas de 1930 e 1950, ao mesmo tempo, intelectuais e ativistas negros se organizavam dentro e fora da academia. Entre 1934 e 1958, as organizações negras realizaram seis congressos e conferências nacionais em 1934, 1937, 1945, 1946, 1949, 1950 e 1958 (Gomes, 2009). Em 1949, a Conferência Nacional dos Negros Brasileiros foi coordenada pelo Teatro Experimental do Negro – TEN (Silva, 2003). Embora a exclusão dos intelectuais negros não tenha sido abordada no campo, os estudos afro-brasileiros avançaram institucionalmente (Reis, 2009; Segura-Ramirez, 2000). Em 1965, foi criada a Revista Afro-Ásia, da Universidade Federal da Bahia. Inicialmente, a revista deveria produzir publicações do centro e deveria se dedicar a estudos afro-brasileiros, estudos africanos e estudos asiáticos, e a ênfase da publicação era em questões africanas e da diáspora africana (Reis, 2009). No entanto, tornou-se um importante periódico revisado por pares para áreas como história, antropologia, linguística, artes e muitas outras disciplinas das ciências humanas. Em 1973, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos foi criado na Universidade Candido Mendes. A criação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos está ligada a políticas de aproximação entre o Brasil e a África.

Em 1978, a Revista Estudos Afro-Asiáticos foi criada no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Segura-Ramirez, 2000). A década de 1970 é destacada na literatura como um período de fortalecimento da mobilização negra (Andrews, 1995; Hanchard, 1994; Santos, 2011). Durante esse período, formou-se o que é chamado de movimento negro contemporâneo. A literatura acadêmica destaca a década de 1970 como frutífera para a mobilização negra, dada a criação de importantes movimentos negros, como o Grupo Palmares; a Sociedade Brasil África (SINBA), em 1974; o Instituto de Pesquisas e Culturas Negras (IPCN), em 1975; e o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978 (Campos 2006; Martins et al., 2015). No entanto, o início da década de 1970 foi particularmente importante para os intelectuais negros, pois é um período em que a intelectualidade negra, aliada aos movimentos negros, se organiza institucionalmente nas universidades.

No artigo *Redemocratizando a raça: sobre memórias, intelectuais negros e movimentos sociais contemporâneos*, Sandra Martins, Togo Ioruba e Flávio Gomes entrevistaram intelectuais negros que estavam nas universidades nas décadas de 1970 e 1980 (Martins *et al.*, 2015). Estudantes negros criaram grupos de trabalho dentro das universidades para pesquisar e combater o racismo no Rio de Janeiro, como o Grupo de Trabalho André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense. Uma experiência semelhante é narrada por Deivison Moacir Cezar de

Campos sobre o Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul (Campos, 2006). Esses ativistas tinham um histórico político dentro dos movimentos estudantis nas universidades. Héctor Fernando Segura-Ramirez afirma que foi a formação de um grupo de estudantes na Universidade Federal Fluminense (UFF) que mobilizou ações envolvendo várias instituições, como a própria UFF e a Universidade Cândido Mendes (Segura-Ramirez, 2000).

Santos (2011) lembra que as universidades católicas foram instituições importantes para o crescimento e a mobilização intelectual negra nas décadas de 1970 e 1980. Os estudantes negros das universidades católicas também criaram espaços institucionais para os estudos afro-brasileiros, como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neafro), da PUC-SP. Apesar da organização dos estudantes negros, as universidades ainda excluía os intelectuais negros de seu corpo docente. Sales Santos (2011) destaca importantes intelectuais negros, como Milton Santos, Guerreiro Ramos, Edison Carneiro, Clóvis Moura e Abdias Nascimento, que foram impedidos de ocupar cargos de prestígio ou cujas esperanças de uma carreira acadêmica foram desiludidas devido ao racismo (Santos, 2011).

No artigo *Encruzilhadas por todo o percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica*, Ratts (2009) define o movimento negro acadêmico no Brasil como estando na encruzilhada entre diferentes debates na academia, nas organizações negras e na sociedade. Uma parte importante dessa dualidade está na relação entre a academia e a comunidade negra. Historicamente, as universidades são um local de exclusão dos negros e de privilégio dos brancos. Quando os intelectuais negros rompem o teto de vidro para ter acesso à universidade, eles geralmente se veem isolados em espaços de elite branca. Na década de 1980, muitos intelectuais negros que se tornaram professores também eram ativistas. Por outro lado, a maioria dos intelectuais a que Ratts (2009) faz referência, como Eduardo Oliveira e Oliveira, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Hamilton Cardoso, teve uma carreira acadêmica breve devido a suas mortes prematuras. No entanto, em 1989, ocorreu o primeiro Encontro de Docentes, Pesquisadores e Pós-Graduandos Negros em universidades paulistas, como a Universidade Estadual Paulista – Unesp (Pires, 2014).

Na década de 1990, a mobilização negra se fortaleceu de diferentes maneiras com protestos de visibilidade nacional, como a Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e pela Vida (Santos 2006). Entretanto, o debate sobre o papel das instituições educacionais na luta contra o racismo também continuou. A participação brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, de 2001, em Durban, na África do Sul, foi um marco importante para várias políticas antirracistas no Brasil, especialmente na educação (Bairros; Alvarez, 2016). Em 2002, em seu 2º Congresso de Pesquisadores Negros, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Entre os objetivos da ABPN

estavam reunir acadêmicos negros, defender fundos e pesquisas e coordenar conferências semestrais (Pires, 2014). Até 2020, como uma associação nacional negra, a ABPN fazia parte do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Brasil, 2018). Um resultado importante da Conferência de Durban e um marco para os estudos afro-brasileiros é, sem dúvida, a instituição de políticas de ação afirmativa para estudantes negros nas universidades (Johnson; Heringer, 2015; Martins et al., 2004; Santos, 2005).

A literatura sobre estudos afro-brasileiros apresenta os NEAB como resultado de políticas de ação afirmativa, ligados a organizações negras (Lima 2016; Passos 2006; Rezende; Pereira, 2015; Siss *et al.* 2013). Para Rezende e Pereira (2014), a criação dos NEAB é resultado das políticas de ação afirmativa para estudantes negros e das mudanças curriculares provocadas pela obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Passos (2006) define os NEAB como espaços antirracistas. Para ela, as atividades do NEAB estão fundamentadas na "produção de conhecimento científico crítico sobre as relações raciais; sua dimensão de espaço para a articulação da academia com os movimentos sociais negros e a formação de pesquisadores negros" (Passos 2006, p. 91). Portanto, os NEAB são espaços de resistência onde os intelectuais negros têm atuado. Como espaços negros, eles sofrem escrutínio acadêmico.

Entretanto, os NEAB também são espaços de conflito de diferentes visões da militância negra, especialmente de estudantes às vezes associados a agendas mais radicais. Os NEAB às vezes assumem uma postura institucional. Na tese *A permanência de estudantes negros(as) na Universidade Federal do Paraná: aspectos materiais e simbólicos*, Silvia Lima descreve os NEAB como unidades políticas e acadêmicas à medida que os NEAB aumentaram suas responsabilidades institucionais com as políticas de ação afirmativa nas universidades. Os NEAB eram atores importantes que defendiam a ação afirmativa e implementavam políticas de apoio aos alunos negros nas universidades.

A institucionalização dos NEAB faz parte da linha do tempo das mobilizações negras no Brasil, especialmente após a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995. Portanto, os NEAB são o *locus* institucional do pensamento intelectual negro no ensino superior. Embora a literatura sobre os NEAB tenda a dissociar os centros criados antes da década de 1980 do fenômeno dos NEAB na década de 2000 (Lima 2016; Passos 2006; Rezende; Pereira, 2014; Santos, 2011), o mesmo não acontece com a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e o governo federal. Em 2010, a ABPN publicou um catálogo dos NEAB 2010. Eles incluíram o CEAO da UFBA como um dos NEAB. Em 2012, o governo federal listou o CEAO como um dos NEAB. Além disso, a ABPN incluiu outro tipo de NEAB em sua lista, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).

Os NEABI são associados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em 2008, o governo brasileiro criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esses institutos públicos e gratuitos são o resultado da federalização do ensino superior que transformou as antigas escolas técnicas em institutos federais pela Lei nº 11.645/08. O governo também criou e expandiu os institutos. Os institutos tecnológicos são instituições de ensino médio e superior. Os institutos federais são responsáveis tanto pela formação de alunos no ensino superior, quanto pela oferta de cursos de nível superior especificamente nas áreas de educação e tecnologia (Brasil, 2008).

De acordo com Silva Martins e Souza (2021), os Núcleos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) foram criados como resultado da Secretaria de Igualdade Racial. Após a promulgação da Lei nº 11.645/08, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) orientou a criação dos NEABI. Araújo *et al.* (2018) explicam que os NEABI, nos institutos federais, são responsáveis por estudar a condição dos estudantes negros e indígenas, para criar políticas de conexão das comunidades indígenas, quilombolas e negras com os institutos. No caso do Instituto Federal do Ceará, seu NEABI foi criado em 2017. Sua missão é realizar pesquisas para promover a igualdade racial e os direitos humanos (Araújo *et al.* 2018). Botton e Breno (2020) acreditam que os NEABI, assim como outros núcleos dentro dos institutos federais, devem defender políticas inclusivas dentro das instituições e devem estabelecer um relacionamento com as populações relacionadas ao núcleo fora da universidade.

3. CENTROS AFRO-BRASILEIROS, NEAB E NEABI

Em 2018, o Brasil tinha 2.537 instituições de ensino superior. Dessas instituições, 199 eram universidades e 40 eram institutos tecnológicos federais. A pesquisa foi realizada inicialmente em universidades e institutos tecnológicos federais, que totalizam 239 instituições. Inicialmente, foi verificado se os 94 centros de estudos afro-brasileiros listados pelo Ministério da Educação ainda existiam. Dessa lista, apenas o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes não estava mais em funcionamento. Em segundo lugar, foram pesquisados os sites das 105 universidades restantes para encontrar novos centros. Em contato com a equipe do Instituto Federal de Tecnologia de Brasília, obteve-se uma tabela com informações sobre os 778 *campi* de 40 institutos federais de tecnologia. Assim, a pergunta da pesquisa foi: quantas unidades de estudos afro-brasileiros existem nas universidades e institutos tecnológicos federais brasileiros? Essa unidade poderia ter diferentes status institucionais, como: um núcleo, centro, departamento ou programa formalmente criado pela universidade. Os grupos de estudo não foram considerados como unidades, pois são estruturas que muitas vezes não dependem da administração da universidade para serem criadas.

Na lista do Ministério da Educação e na lista do consórcio de NEAB, os laboratórios foram listados como unidades de estudos afro-brasileiros. Apesar da natureza exclusiva de pesquisa, os laboratórios foram mantidos na lista. Os laboratórios são unidades de ensino e pesquisa destinadas à realização de aulas e pesquisas. Por exemplo, o Laboratório de Análise Econômica, Histórica, Social e Estatística das Relações Raciais (LAESER) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) está vinculado ao Instituto de Economia da UFRJ. O LAESER/UFRJ foi criado em 2006. É responsável por reunir pesquisadores que realizam pesquisas estatísticas sobre relações raciais. Um laboratório, dependendo da estrutura administrativa, pode captar recursos. Para identificar as unidades, foi realizada uma pesquisa no site para encontrar instituições com nomes que contivessem palavras como afro-brasileiro, negro, relações raciais, estudos africanos ou afro-asiáticos, ou seja, qualquer nome relacionado a estudos negros. Em seguida, foram coletados os nomes dessas unidades, a data de criação, o documento de criação, que pode ser uma portaria ou ato administrativo da universidade, e o nome do coordenador.

A pesquisa baseada na web resultou em 133 unidades de estudos afro-brasileiros em instituições de ensino superior. Nas universidades, há 101 centros e núcleos de estudos afro-brasileiros, 5 em universidades privadas e 96 em universidades públicas. De acordo com os dados dos institutos tecnológicos federais, havia um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) em pelo menos um campus de cada um dos 40 institutos tecnológicos federais do Brasil. As unidades de estudos afro-brasileiros criadas nos institutos tecnológicos federais são geralmente chamadas de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, porque incluem estudos negros e indígenas.

Para esta pesquisa, no que se refere aos institutos federais, consideram-se apenas 32 NEABI de institutos tecnológicos federais porque foram selecionados aqueles em que os NEABI foram criados por ato da reitoria do instituto e que estão localizados administrativamente na reitoria.

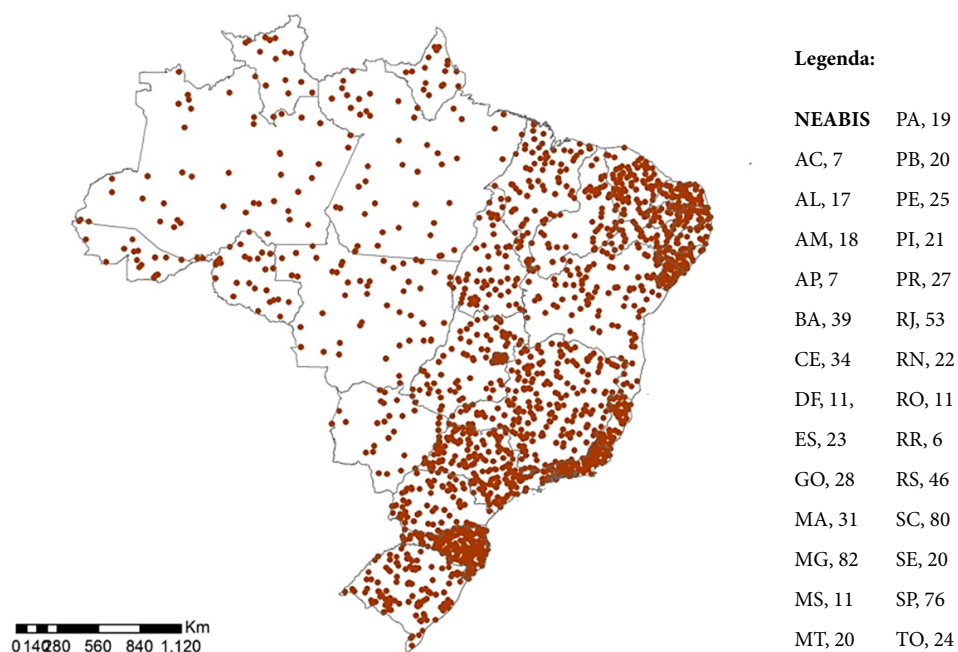
3.1. Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas nos institutos federais de tecnologia

As unidades de estudos afro-brasileiros nos institutos tecnológicos federais foram extremamente importantes para a institucionalização dos estudos afro-brasileiros. Há instituições como o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), que, além de possuir um NEABI, tem um programa de pós-graduação com especialização em relações étnico-raciais com mestrado acadêmico (Borges, 2016). Isso é mais do que muitas universidades oferecem em estudos afro-brasileiros.

Em maio de 2021, a equipe do Instituto Federal de Brasília forneceu uma planilha com os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) dos Institutos Federais de Tecnologia. A planilha mostrava 553 NEABI nos institutos tecnológicos federais. Essa multiplicação de núcleos ocorre porque os institutos tecnológicos têm vários *campi* em diferentes cidades. Normalmente, os cursos são oferecidos em diferentes regiões do estado, e os campi são separados por especialidade. Por exemplo, um campus tem foco em cursos de saúde, enquanto outros têm foco em engenharia, comunicação etc. Em outros casos, eles se concentram mais em aulas de ensino médio ou programas não graduados.

Embora a experiência dos institutos tecnológicos não possa ser descartada, ela deve ser analisada especificamente. Inicialmente, apresentamos o mapa dos NEABI em todos os *campi* sem correção de dados. Esse mapa ilustra que o uso dos dados sem considerar essas informações deixaria o mapa confuso e diminuiria o potencial explicativo dos resultados, uma vez que o número de NEABI se mostra um número inflado.

Mapa 1 – Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas nos institutos federais de tecnologia por *campus*



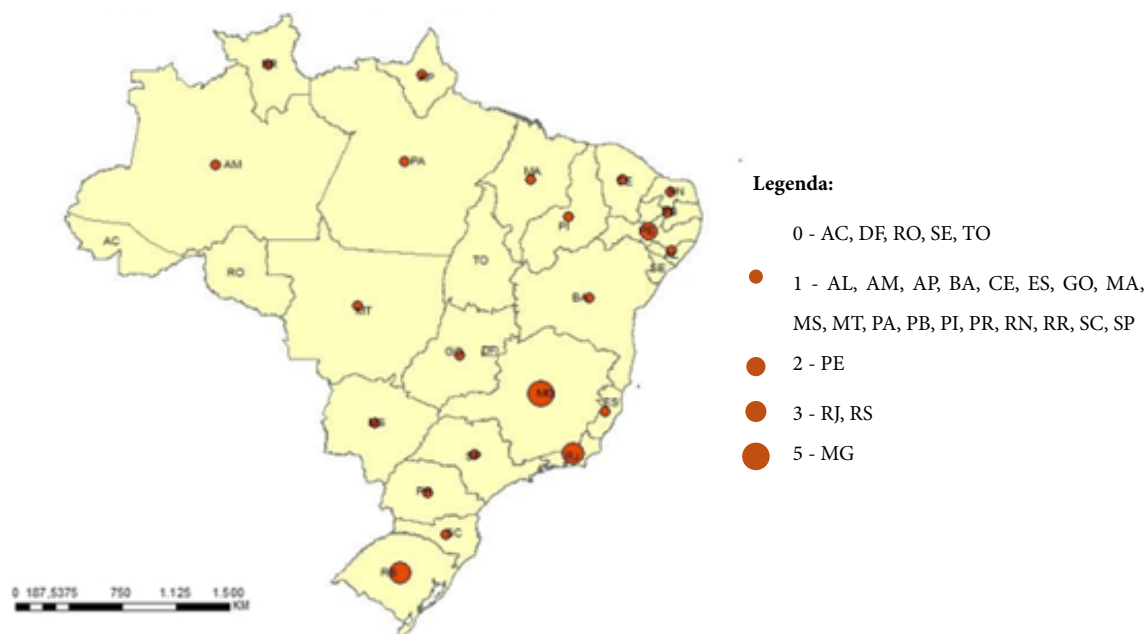
Fonte: elaboração própria.

O Mapa 1 mostra que o número de 553 NEABI não pode ser considerado por algumas razões. Primeiramente, como os institutos tecnológicos federais são escolas de ensino médio que oferecem cursos superiores, nem todos os campi são instituições de ensino superior. Além disso,

os *campi* dos institutos tecnológicos federais são unidades descentralizadas independentes. Alguns dos NEABI foram criados sem a participação da administração central do instituto. É possível supor que o nível de institucionalização seja diferente e que a natureza das ações a serem executadas pelos NEABI provavelmente seja diferente. Terceiro, é importante tratar os dados sobre os NEABI dos institutos federais como equivalentes aos NEAB das universidades.

Considerando esse desafio, foram considerados apenas os NEABI criados e institucionalmente localizados na Reitoria de cada instituto federal. A Reitoria é onde se localiza a maior parte da estrutura administrativa do instituto tecnológico federal. A lei determina que o Instituto Federal seja organizado em uma estrutura multicampi (Brasil, 2008). No entanto, os institutos têm apenas uma reitoria ou gabinete do reitor. A reitoria decide o orçamento anual e é considerada o órgão central de administração do instituto federal. A maioria dos institutos criou seu NEABI por meio de um gabinete do reitor. Em outros casos, o *campus* criou seu NEABI de forma independente, sem a participação do gabinete do reitor. No entanto, no último caso, o NEABI funciona de forma independente, sem recursos específicos do gabinete do reitor. Por esse motivo, foi decidido escolher o apoio da reitoria como critério de institucionalização para diferenciar os NEABI com apoio administrativo dos núcleos sem apoio.

Mapa 2 – Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas das reitorias dos institutos tecnológicos federais



Fonte: elaboração própria.

Há 32 institutos federais com NEABI na Reitoria. Eles estão localizados em 22 estados, que são Alagoas (AL), Amapá (AP), Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Paraíba (PB), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Roraima (RR), Santa Catarina (SC) e São Paulo (SP). Houve institutos que não criaram seus NEABI na Reitoria, como Acre, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Distrito Federal, Rondônia, Sergipe e Santa Catarina. Entretanto, Bahia, Goiás, Minas Gerais e Santa Catarina possuem mais de um instituto. Os estados sem nenhum NEABI na Reitoria de qualquer instituto foram Acre, Rondônia, Sergipe e Distrito Federal.

A distribuição geográfica dos NEABI está mais ligada à distribuição dos Institutos Federais do que determinada por outros motivos, como a população negra de cada estado, já que 100% dos institutos têm NEABI e, desses institutos, 75% estão na Reitoria. Há também institutos tecnológicos federais sem NEABI na Reitoria em todas as regiões. Assim, a Região Centro-Oeste tem a menor concentração com três unidades, seguida da região Sul com cinco, da região Norte com cinco, da região Sudeste com nove e da região Nordeste com dez NEABI.

3.2. Núcleos de estudos afro-brasileiros em universidades

No levantamento dos sites, foram encontrados 101 centros e núcleos de estudos afro-brasileiros, sendo 5 em universidades privadas. A literatura em estudos afro-brasileiros destaca o papel da Pontifícia Universidade Católica na institucionalização do campo (Santos, 2011). Foram identificados núcleos em instituições privadas; tais unidades, descritas no website, foram identificadas na Pontifícia Universidade Católica (três unidades), Centro Universitário Maurício de Nassau de Aracaju e Centro universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). O levantamento em universidades públicas identificou 96 unidades de estudos afro-brasileiros nas universidades federais, estaduais e municipais.

As unidades de estudos afro-brasileiros em universidades podem ser classificadas pelo tipo de unidade, nome, objetivos e data de criação. A maioria das unidades de estudos afro-brasileiros são núcleos que correspondem a 90 unidades. Entretanto, há mais 7 centros, 3 laboratórios e 1 programa. O nome mais comum é Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), que representa 44% dos nomes das unidades de estudos afro-brasileiros. Assim como no caso dos estudos negros norte-americanos, não há unidade na denominação dos espaços e da área de conhecimento. Outro nome predominante foi Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), representando 12% dos nomes. Havia outros nomes que combinavam estudos afro-brasileiros e indígenas, como Estudos Afro-Indígenas e Estudos Indígenas Afro-Americanos.

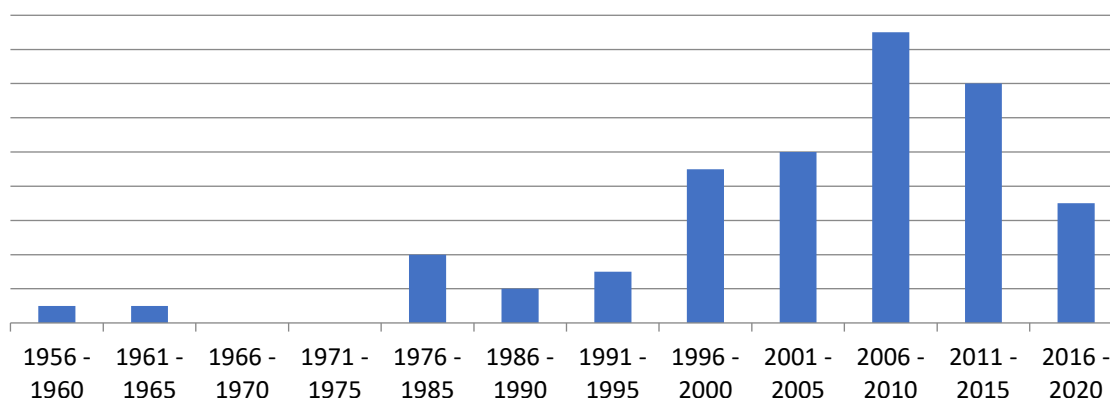
Além de NEAB e NEABI, não há um nome predominante, mas um conjunto diversificado de nomes que se referem a áreas específicas do campo, regiões ou mesmo áreas de conhecimento às quais as unidades estão vinculadas. Há nomes que eram comuns desde a gênese do campo, como estudos afro-asiáticos, estudos afro-orientais e africanidade e afrodescendência. Além disso, há nomes relacionados a abordagens no campo, como relações raciais, relações étnicas, identidade e relações interétnicas, interdisciplinaridade e diáspora africana. Outras unidades estão ligadas ao campo em que a unidade está localizada, como Educação do Negro na Sociedade; Documentação e Cultura Afro-Brasileira; Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais; Saúde da Etnia Negra e Reflexão e Memória Afrodescendente. Alguns são nomes mais específicos de regiões, como Estudos Regionais Afro-Baianos, Africanidade Cearense, Estudos Brasil-África e Estudos África-América.

Das 101 unidades de estudos afro-brasileiros, apenas 69 forneceram informações sobre a data de criação e 54 forneceram informações sobre os objetivos dos centros, núcleos, laboratórios ou programas nos sites das universidades. Os objetivos dos estudos afro-brasileiros têm metas semelhantes. Os NEAB são definidos como espaços antirracistas destinados à formação de ativistas e da comunidade acadêmica e como entidades responsáveis por políticas de ação afirmativa e políticas de igualdade racial no campus. Onze instituições possuem unidades de estudos afro-brasileiros responsáveis pelo desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão às comunidades no campo dos estudos afro-brasileiros; 8 unidades são definidas como responsáveis pelo combate ao racismo e à discriminação racial; e, entre outras atividades, 9 instituições devem formar professores de educação básica. O alcance das comunidades negras está listado entre as responsabilidades de 20 instituições. Alguns NEAB têm um escopo mais amplo de ações, como na Universidade Federal do ABC, que menciona "apoiar e desenvolver ações para o empoderamento de mulheres negras e jovens negros" entre seus objetivos. Nove instituições estão envolvidas tanto em questões de gênero quanto de raça. Três NEAB listam ações para comunidades quilombolas. Unidades como o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação – (N'UNBUNTU) mencionam a criação de diálogo entre movimentos negros e comunidades tradicionais africanas entre suas responsabilidades.

De modo geral, apesar das diferenças na redação, as unidades são definidas em termos semelhantes, mas a falta de informações sobre todas as instituições impossibilita a generalização. Entretanto, com base nas informações disponíveis, foram identificadas tendências, como a identificação de espaços com políticas antirracistas, além da educação e a inclusão do debate sobre gênero e raça. As 69 instituições que têm a data de criação disponível no site criaram suas unidades de estudos afro-brasileiros entre 1959 e 2019. O Gráfico 1 mostra a mudança no

número de criação de unidades de estudos afro-brasileiros por ano. O eixo x exibe as datas e o eixo y, o número de unidades criadas em cada período.

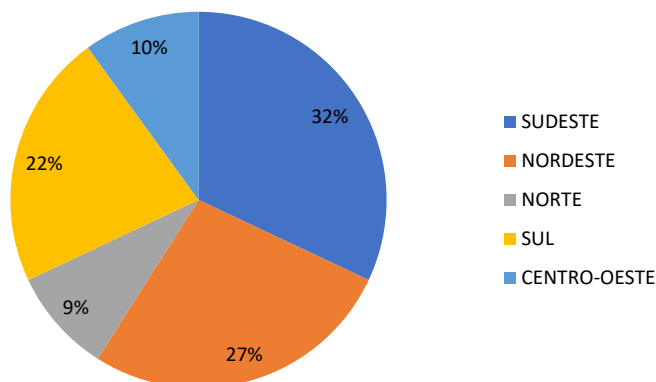
Gráfico 1 – Centros de estudos afro-brasileiros nas universidades por data de criação



Fonte: elaboração própria.

O gráfico de datas de criação representa diferentes dinâmicas nos estudos afro-brasileiros. Inicialmente, há o surgimento das primeiras unidades entre 1959 e o início da década de 1960. O número de unidades aumenta muito lentamente, com um aumento repentino de 1980 a 1985, seguido de estagnação. Em 1995, houve um pequeno crescimento seguido de estagnação. Em 2000, houve o aumento mais significativo, um aumento de 300%, que marcou uma mudança na taxa de criação de unidades até então. Nos primeiros 43 anos após a criação das primeiras unidades de estudos afro-brasileiros, de 1959 a 2002, foram criadas 23 unidades afro-brasileiras em universidades. Nos 18 anos seguintes, de 2003 a 2020, foram criadas 46 unidades, o dobro do número criado nos 40 anos anteriores. Esse gráfico confirma os achados da literatura que destacam o aumento considerável desde os anos 2000 (Lima, 2016; Passos, 2006; Rezende; Pereira, 2014; Santos, 2011; Siss *et al.*, 2013). Na década de 1980, houve o surgimento de um debate racial, dentro das universidades, em diálogo com o campo de estudos afro-brasileiros. Semelhante à década de 1970, houve um debate crescente sobre questões raciais nas universidades que dialogavam com o campo de estudos afro-brasileiros. O Gráfico 2 representa graficamente a distribuição das unidades nas regiões brasileiras.

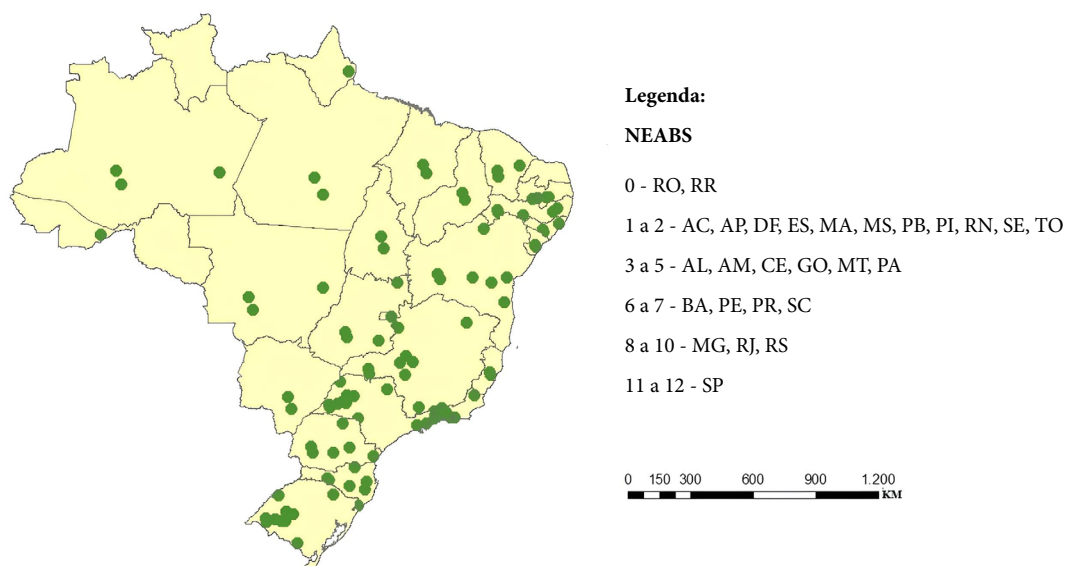
Gráfico 2 – Núcleos de estudos afro-brasileiros por região



Fonte: elaboração própria.

O gráfico mostra que a maioria dos NEAB, 33 unidades, está na Região Sudeste do país, o que representa 32% do total; enquanto 27% estão no Nordeste; 22% no Sul; 10% no Centro-Oeste; e 9% no Norte. A ordem entre a região com a maior e a menor quantidade de NEAB é a mesma da distribuição das instituições de ensino superior. As universidades no Brasil estão altamente concentradas na Região Sudeste do país; 49% das instituições de ensino superior estão concentradas no Sudeste, seguidas pelo Nordeste com 18%, Sul (17%), Centro-Oeste (10%) e o Norte detém 6% das universidades (Alvarez, 2013). Há uma correlação positiva entre o número de universidades na região e a presença de NEAB, pois quanto maior a proporção de universidades, maior a proporção de NEAB. Essa distribuição é o resultado das unidades quantitativas por estado, representadas no Mapa 3.

Mapa 3 – Núcleos de estudos afro-brasileiros nas universidades federais



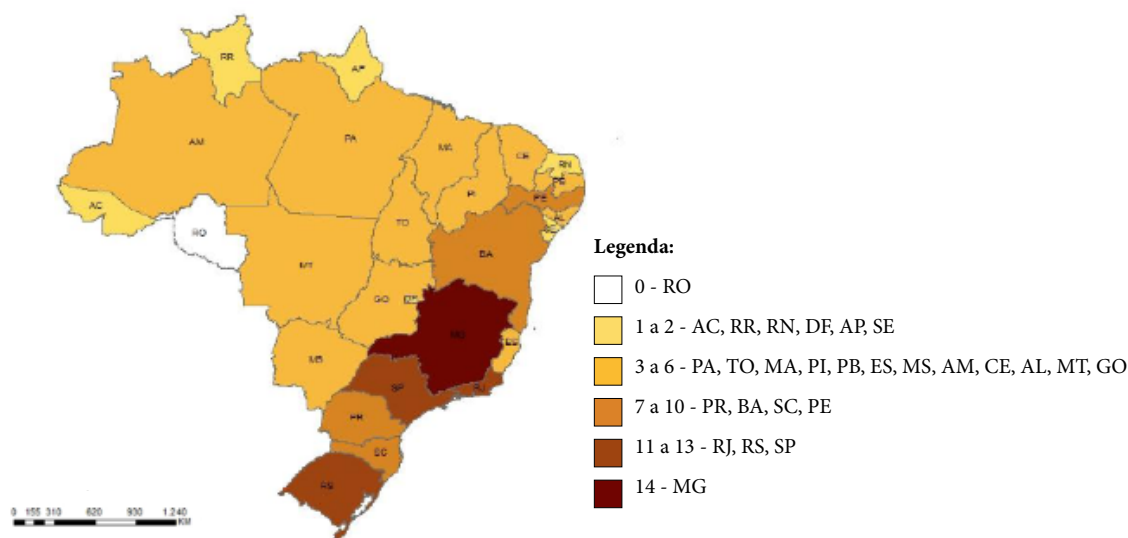
Fonte: elaboração própria.

O mapa revela que, além da concentração regional, há uma concentração em determinados estados. Seis estados, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Pernambuco, possuem mais de 50% das unidades. Enquanto dois estados, Rondônia e Roraima, têm zero unidades. Essa discrepância é evidenciada na relação entre a média, que é de 7,48, e a mediana, que é de 2,5. Os casos excepcionais de estados que têm mais de 5 unidades aumentam a média. Entretanto, a mediana revela que, de fato, a maioria dos estados têm entre 2 e 3 unidades de estudos afro-brasileiros.

3.3. Representação cartográfica das unidades de estudos afro-brasileiros

A partir do recorte metodológico, foram identificadas 133 unidades de estudos afro-brasileiros nas universidades e institutos federais pesquisados. Das 199 universidades pesquisadas, há 101 unidades de estudos afro-brasileiros, enquanto 32 dos 40 institutos federais possuem núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas.

Mapa 4 – Unidades de estudos afro-brasileiros e instituições de ensino superior



Fonte: elaboração própria.

As unidades de estudos afro-brasileiros são a soma dos NEAB das universidades e dos NEABI dos institutos tecnológicos federais. Portanto, apresentam uma dinâmica de concentração semelhante à dos mapas anteriores. As unidades de estudos afro-brasileiros estão concentradas na Região Sudeste, com 32% das unidades; seguida pela Região Nordeste, com 28%; Sul, com 20%; Centro-Oeste, com 12%; e Norte, com 10% das unidades. O único estado que não possui nenhuma unidade de estudos afro-brasileiros é Rondônia. Para explicar a ausência de NEAB em Rondônia, seria necessário um exame específico. Rondônia tem uma alta porcentagem de

negros, com mais de 65% de negros. Entretanto, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá são os estados com apenas uma universidade federal. Até a política de ação afirmativa obrigatória em 2012, a Universidade Federal de Rondônia tinha um corpo discente branco, muitos alunos vinham de escolas particulares, especialmente em cursos como medicina e direito (Zuin; Bastos, 2019). Uma possível explicação para a ausência de um NEAB em Rondônia é que a incorporação de um contingente maior de alunos negros ocorreu em menos de 10 anos.

A distribuição das unidades de estudos afro-brasileiros não representa a proporção da distribuição regional da população negra. Os negros são a maioria da população brasileira. Em 2010, o Censo contabilizou 50,9% da população como negros e, em estimativas subsequentes em 2020, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, os negros chegaram a 56,2% da população brasileira. Em 2010, nas 5 regiões geográficas do Brasil, os negros eram maioria nas Regiões Norte (73%), Nordeste (69,2%) e Centro-Oeste (56%). Os negros não são maioria no Sudeste (43,8%) e no Sul (20,7%) (IBGE, 2010). Entretanto, em números absolutos, os estados com a maior população negra foram São Paulo (14.367.167), Bahia (10.712.358), Minas Gerais (10.544.386), Rio de Janeiro (8.269.699) e Ceará (5.653.512). Uma provável explicação para a distribuição das unidades de estudos afro-brasileiros pode ser o resultado de uma combinação de variáveis, como a distribuição da população negra em números absolutos, a distribuição das universidades e o desempenho político dos movimentos negros em cada estado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou a institucionalização dos estudos afro-brasileiro em instituições de ensino superior, sob o ponto de vista histórico e cartográfico. A história de criação e fortalecimento de centros, núcleos e demais unidades de estudos afro-brasileiros se articula com o debate acerca da presença de intelectuais negros nas universidades brasileiras. O debate de institucionalização da área do conhecimento foi realizado em paralelo à luta por igualdade e combate ao racismo na academia. A literatura evidencia um protagonismo de intelectuais brancos e europeus no surgimento do campo, com a diminuta participação de intelectuais negros, porém tal gênese foi questionada por intelectuais negros dentro e fora do campo dos estudos afro-brasileiros. A partir da coleta de dados das unidades, a pesquisa identificou quatro ondas de criação de NEAB: i) a primeira entre 1959 e o início da década de 1960; ii) segunda na década de 1980; iii) a terceira em 1995; e iv) última com o crescimento exponencial a partir dos anos 2000. Essas ondas de criação de NEAB também são reflexo de outras políticas de igualdade racial, como as ações afirmativas. A revisão bibliográfica também identifica um processo de reivindicação dos estudos afro-brasileiros por intelectuais negros desde o surgimento do campo, porém tal ocupação ocorre de forma mais evidente e articulada a partir da década de 1970.

O estudo inclui 4 mapas diferentes que representam graficamente a presença de unidades de estudos negros no Brasil com base na metodologia da Alkalimat (2009, 2013). A pesquisa identificou 133 unidades de estudos afro-brasileiros em universidades públicas (96), universidades privadas (5) e institutos tecnológicos federais (33). Houve um crescimento significativo nas unidades de estudos afro-brasileiros, de 94 unidades em 2012 para 133 em 2021. Entretanto, verifica-se a concentração na Região Sudoeste e a pequena participação da Região Norte e Centro-Oeste.

Ainda que se tenha avançado ao identificar cinco unidades de estudos afro-brasileiros em instituições privadas, faz-se necessário a investigação específica dos estudos afro-brasileiros em instituições particulares. As universidades e os institutos tecnológicos federais analisados representam as instituições educacionais mais complexas do país e têm maior probabilidade de ter unidades de estudos afro-brasileiros do que outras instituições. O ponto forte da análise cartográfica é que os mapas contribuem para os debates sobre a caracterização das unidades de estudos afro-brasileiros. Outra contribuição relevante da pesquisa é a identificação das informações coletadas sobre o nome, os objetivos e as datas de criação das unidades. Tais mapas também orientam as políticas públicas necessárias para estimular a expansão e o fortalecimento de tais unidades acadêmicas.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS – ABPN (website). 2021. **Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros**. 2021. Disponível em: <https://www.abpn.org.br/consorcio-de-neabs>. Acessado em: 06 set. 2021.
- ALKALIMAT, A. 2007. **Africana studies in the U.S.** University of Toledo, March 2007. Available at eblackstudies.org.
- ALKALIMAT, Abdul; BAILEY, Ronald; BYNDOM, Sam; MCMILLION, Desiree; NESBITT, La Tasha; WILLIAMS, Kate; ZELIP, Brian. **African American Studies 2013: A National Web-Based Survey**. 29 pages. University of Illinois at Urbana Champaign Department of African American Studies, 2013. Disponível em: <http://afro.illinois.edu>.
- ANDREWS, George. Black political mobilization in Brazil, 1975–1990 In: ANDREWS, G. R. et al.(eds.). **The social construction of democracy, 1870–1990**. New York University Press, 1995.
- ARCHELA, R. S.; THERY, H. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. **Confins** (Paris), v. 3, p. 1-14, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.3483>
- BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- BRASIL. **Lei nº 10.639/2003** – Lei de História e Cultura Afro-Brasileira. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 dez. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.527/2011**– Lei de Acesso à Informação. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 18 maio 2021.

BRASIL. **Resultado de Habilitação, Edital nº 01/2018, Seleção De Organizações Da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos para Integrar o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)**. 2018. <https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2018/outubro/cnpir-mdh-divulga-resultado-das-entidades-dasociedade-civil-habilitadas-para-integrar-o-bienio-20192020/HABILITAOELEIOCNPIR.pdf>

BRASIL. INEP. **Censo da Educação Superior**, 2023. In: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BROWN, Cecil. **Dude, where's my black studies department?** The disappearance of black Americans from U.S. universities. Terra Nova, 2007.

BORGES, R. CEFET/RJ, combate ao racismo e produção de conhecimento: o mestrado em relações étnico raciais. **Educação & Tecnologia**, v. 20, n.p. 50-60, 2016. Recuperado de: <https://www.periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/715/588>

BOTTON, Angela Elis; BRENO, Arthur Stürmer. Uma perspectiva espacial para as ações inclusivas no Instituto Federal Farroupilha – IFFAR: **Ciências e Educação**, v. 6, n.8, p. 61-71, 2020. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/131>.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

DAWKINS, M. P.; BRADDOCK II, J. H.; THEUNE, F. *et al.* **The status of black studies at public institutions after the University of North Carolina at Chapel Hill academic scandal**, p.441–459 (2021). <https://doi.org/10.1007/s12111-021-09547-1>

DOMINGUES, Petronio. O mito da democracia racial e mestiçagem no Brasil (1889 – 1930). **Diálogos Latinoamericanos**, Universidad de Aarhus, n. 010, 2005.

GOMES, Arilson dos Santos. Congresso Nacional do Negro de 1958. **Revista África e Africanidades**, Ano 2, n. 6, p. 5 a 29 ago.2009. ISSN 1983-2354

GUTMAN, Guilherme. Criminologia, Antropologia e Medicina Legal. Um personagem central: Leonídio Ribeiro. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental** [online], v. 13, n. 3, p. 482-497, 2010. Acesso em: 9 de junho de 2021. <<https://doi.org/10.1590/S1415-47142010000300008>>.

HANCHARD, Michael George. **Orpheus and power: the movimento negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil 1945-1988**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

JOHNSON III, Ollie A.; HERINGER, Rosana. **Race, politics, and education in Brazil: affirmative action in higher education**. New York: Palgrave Macmillan Publishers, 2015. xi + 247 pp.

LIMA, Silvia Maria Amorim. **A permanência de estudantes negros(as) na Universidade Federal do Paraná: aspectos material e simbólico**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MARABLE, M. Black studies and the racial mountain. **Souls**, v. 2, n. 3, p. 17-36, 2000. <https://doi.org/10.1080/10999940009362222>

MARABLE, M. Beyond Brown: the revolution in black studies. **The Black Scholar**, v. 35, n. 2, p. 11-21, 2005. <https://doi.org/10.1080/00064246.2005.11413307>

MARTINS, André Ricardo Nunes. A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros. 2004. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MARTINS, S.; IORUBA, T.; GOMES, F. Redemocratizando na raça: sobre memórias, intelectuais negros e movimentos sociais contemporâneos. **Rev. História: Questões & Debates**, Curitiba, Editora UFPR, v. 63, n.2, p. 195-210, jul./dez 2015.

MARTINS, Luci Helena Silva; SOUZA, Valeska Rodrigues de. O NEABI e a educação para as relações étnico-raciais. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v.07, ed. especial, artigo nº 1983, mar.2021.

MEC. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.** MEC/SEPP/IR, 2009.

MEC. Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABI). **Ministério da Educação** (Website). 2021. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/18-links/80-nucleos-de-estudos-afro-brasileiros-n>. Acesso em: 06 set. 2021.

NEGREIROS, D.F. **Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017. 172 p. ISBN: 978-85-68576-94-6. <https://doi.org/10.7476/9788568576946>

OLIVEIRA, Gilson Brandão de. **Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil.** Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PASSOS, Ana Helena Ithamar. **Reflexão acadêmica e afrodescendência: um estudo da contribuição de três núcleos de pesquisa de universidades do Rio de Janeiro para o enfrentamento do racismo no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PIRES, Mara Fernanda Chiari. **Docentes negros na universidade pública brasileira: docência e pesquisa como resistência e luta.** 200 p. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253910>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (orgs.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Belo Horizonte-MG: Nandyala Livros e Serviços Ltda, 2009. Vol. 1, p. 81-108.

REIS, Luiza Nascimento dos. **O que a Afro - Ásia tem? África na revista do Centro de Estudos Afro-Orientais (1965-1995).** Anais ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas américas.** Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 102 - 125, jun. 2011.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos.** 2015. 205f.

SEGURA-RAMÍREZ, Héctor Fernando. **Revista Estudos Afro-Asiáticos (1978-1997) e relações raciais no Brasil: elementos para o estudo do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil.** Campinas, SP: UniCamp, 2000.


SILVA, Joselina da. A união dos homens de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos** [online], v. 25, n. 2, p. 215-235, 2003. Acesso em: 4 de agosto 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000200002>>. Epub 07 Jul 2004. ISSN 1678-4650. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000200002>.

SISS, A.; BARRETO, M. A. S. C.; OLIVEIRA, O. F. Processos formativos e as contribuições dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros da UFES e da UFRJ. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 34 p.181-190, 2013. <Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/1597/1176>>.

SKOLAUDE, Mateus Silva. Entre escritos e eventos: Gilberto Freyre e o congresso Brasileiro [Recurso Eletrônico] / Mateus Silva Skolaude, Matheus Silveira Lima. - - Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2020.


ZULU, Itibari M. Dude, Where's my black studies department? The quagmire of interdisciplinary black diaspora studies. **The Journal of Pan African Studies**, v. 12, n. 7, p. 1-7, 2018.

Dalila Fernandes de Negreiros

 <https://orcid.org/0000-0001-9870-2075>

Doutora em African and African Diaspora Studies pela Universidade do Wisconsin-Milwaukee. Mestra profissional em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Especialista em Educação para Diversidade e cidadania pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Ativista e pesquisadora em políticas de igualdade racial no Brasil e estudos comparados de políticas raciais no Brasil e nos Estados Unidos.
dalipreta@gmail.com

Fabiana Oliveira Machado

 <https://orcid.org/0000-0003-2579-0996>

Doutoranda em Geografia, Mestre e Bacharel em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Especialista em Docência em Educação Superior pelo Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB). Especialista em Docência no Ensino de Geografia pelo Centro Universitário UniBF.
fabianarex@gmail.com